

## **O PERFIL DOS GRUPOS DE PESQUISA REGISTRADOS NO CNPq NA ÁREA TRIBUTÁRIA E A REPRESENTATIVIDADE DOS PESQUISADORES DA ÁREA CONTÁBIL<sup>1</sup>**

Willian Felipe Rodrigues da Silva<sup>2</sup>

Maria de Lurdes Furno da Silva<sup>3</sup>

### **RESUMO**

A área tributária é uma das especialidades da área contábil, sendo um grande campo de atuação para os profissionais contadores. Esse trabalho se propôs a responder qual o perfil dos grupos de pesquisa registrados no CNPq e a representatividade de pesquisadores da área contábil. Para tanto foram analisados os grupos de pesquisas na área tributária registrados entre 2006 e 2016. Foi observado aumento de 530% (quinhentos e trinta por cento) no total dos grupos de pesquisa na área tributária, passando de 10 (dez) para 63 (sessenta e três) grupos. Desse total, a Região de maior concentração é a Região Sudeste, com 23 (vinte e três) grupos, seguida pela Região Nordeste com o número total de 13 (treze) grupos, seguida da Região Sul com 09 (nove) grupos e pela Região Norte com 07 (sete) grupos de pesquisa na área tributária. Foi constatado que os pesquisadores da área contábil tiveram acréscimo relevante no período, porém o percentual de participação ainda é baixo, representando apenas 17,46% (dezessete, quarenta e seis por cento) do total do grupo, cuja predominância é dos pesquisadores da área do direito, que detêm 71,43% (setenta e um, quarenta e três por cento) do total dos grupos de pesquisa na área tributária. Esse trabalho limitou-se a verificar o perfil dos grupos de pesquisa na área tributária e como sugestão para novas pesquisas sugere-se que sejam verificadas as produções científicas apresentadas pelos membros dos grupos.

**Palavras-chave:** grupos de pesquisa; área tributária; profissional contábil; tributos; planejamento tributário.

### **THE PROFILE OF THE RESEARCH GROUPS REGISTERED IN THE CNPq IN THE TAX AREA AND THE REPRESENTATIVENESS OF THE RESEARCHERS OF THE ACCOUNTING AREA**

#### **ABSTRACT**

The tax area is one of the specialties of the accounting area, being a great field of action for accountants professionals. This paper aims to answer the profile of research groups registered in CNPq and the representativeness of researchers in the accounting area. For that, the research groups in the tax area registered between 2006 and 2016 were analyzed. Five hundred and thirty percent increase was observed in the total of the research groups in the tax area, going from 10 (ten) to 63 (sixty And three) groups. Of

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no segundo semestre de 2016 ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

<sup>2</sup> Aluno do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRGS. E-mail: [wf.rodriques@yahoo.com.br](mailto:wf.rodriques@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Orientadora: Doutora em Economia, Mestre em Controladoria, Especialista em Auditoria e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [lurdes.furno@ufrgs.br](mailto:lurdes.furno@ufrgs.br)

this total, the Region with the highest concentration is the Southeast Region, with 23 (twenty three) groups, followed by the Northeast Region with a total of 13 (thirteen) groups, followed by the South Region with 09 (nine) groups and the Region North with 07 (seven) research groups in the tax area. It was verified that the researchers in the accounting area had a significant increase in the period, but the percentage of participation is still low, representing only 17.46% (seventeen, forty six percent) of the total of the group, whose predominance is of the area researchers Of the law, which hold 71.43% (seventy-one, forty-three percent) of the total number of research groups in the tax area. This work was limited to verify the profile of the research groups in the tax area and as a suggestion for new research it is suggested to verify the scientific productions presented by the members of the groups.

Keywords: research groups; Tax area; Accounting professional; Tributes; Tax planning.

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa é uma atividade que tem por fim solucionar problemas através da adoção de procedimentos científicos e sua evolução está ligada à evolução das Universidades. Segundo Durham (1998), a pesquisa ganhou impulso a partir de 1920.

No Brasil, até a década de vinte, o sistema de ensino superior, foi formado por escolas autônomas, voltadas para a formação de profissionais liberais (como advogados, médicos, engenheiros, agrônomos) e a pesquisa dependeu muito de institutos, nacionais ou estaduais, boa parte dos quais voltados para investigações de interesse do país (como o Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro). Mas, nessa década, a do grande movimento modernista, a proposta da fundação de universidades modernas, que aliassem o ensino à pesquisa “desinteressada” consolidou-se através da atuação organizada de cientistas e educadores, congregados na Academia Brasileira de Ciências e na Academia Brasileira de Letras. (DURHAM, 1998).

Na década de 1930 foram organizadas duas instituições para atender ao novo modelo de universidades: a Universidade do Distrito Federal, em seguida extinta pelo Estado Novo, e a Universidade de São Paulo.

A necessidade de desenvolvimento forçou o investimento em pesquisas na década de 1950. Para Fonseca (2009) Vargas defendeu exaustivamente a necessidade do crescimento acelerado durante a campanha eleitoral que precedeu o seu segundo mandato, agora através do voto popular.

Durante a campanha eleitoral, como candidato, Vargas defendera exaustivamente a necessidade de crescimento acelerado. Este adviria tanto de investimentos privados, voltados à modernização do setor primário e ao aprofundamento da industrialização – a qual deveria avançar dos bens de consumo para os bens de capital –, quanto de investimentos públicos em infraestrutura, como transportes, comunicações e energia. Mesmo nos estados menos industrializados (cujos eleitores e dirigentes, em princípio, seriam menos sensíveis às “causas da indústria”) defendeu este projeto, em síntese o que mais tarde os analistas denominariam de Nacional-Desenvolvimentismo. (FONSECA, 2009)

Silva e Uniero (2009) citam que no início do segundo governo Vargas (1951-1954) a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente era palavra de ordem. Para possibilitar a industrialização pesada e a complexidade da administração pública, os autores salientam a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais.

Para incrementar a pesquisa no Brasil foram criadas duas importantes instituições até hoje em funcionamento: o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Conselho Nacional de Pesquisas – CNP (atualmente CNPq), foi criando alguns dias antes de Getúlio Vargas assumir a presidência da república, como herança do governo Dutra que sancionou a Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951.

A lei de criação do Conselho estabelecia como suas finalidades promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras. A missão do CNPq era ampla, uma espécie de "estado-maior da ciência, da técnica e da indústria, capaz de traçar rumos seguros aos trabalhos de pesquisas" científicas e tecnológicas do país, desenvolvendo-os e coordenando-os de modo sistemático. (CNPq 2016)

Em 11 de julho de 1951, já no Governo Vargas, através do Decreto nº 29.741, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes) com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em

quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país".

Durham (1998) salienta que a universidade moderna foi consolidada e grupos de pesquisa se organizaram em diversas novas universidades, embora de forma mais concentrada na USP, sendo que, na década de sessenta, tal modelo foi modernizado e fortalecido com a reforma universitária de 1968. Salienta ainda o autor que o papel das universidades públicas foi fundamental para a consolidação da pesquisa no Brasil, incentivada pela CAPES e com o apoio financeiro do CNPq.

A pesquisa estruturou-se assim em função da nova organização departamental das universidades, da institucionalização da pós-graduação, incentivada pela CAPES e pelo apoio financeiro fornecido pelo CNPq.

.....  
 Hoje pode-se afirmar, com certeza, que as universidades públicas constituem o principal suporte institucional para a pesquisa e para a formação de pesquisadores. (DURHAM, 1998)

Atualmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) atualmente é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) e desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação, sendo que em 2007 passou a atuar também na formação de professores da educação básica:

Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. As atividades da Capes podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: avaliação da pós-graduação stricto sensu; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; e indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância. (CAPES, 2016)

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atualmente, é uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Suas principais atribuições referem-se a fomentar a pesquisa científica e tecnológica através de atuação direta para o desenvolvimento de pesquisas

em áreas estratégicas e para a formação de pesquisadores mestres, doutores e especialistas em várias áreas de conhecimento.

A formação de um cientista depende de sua imersão em um determinado problema e sua busca por soluções, conforme mencionam Meglhioratti et. al (2008):

A formação de um cientista ocorre por sua imersão em um contexto diferente daquele encontrado no cotidiano. O cientista forma-se ao entrar em contato com certos problemas, teorias e discussões de sua área de pesquisa. A formação enquanto pesquisador está relacionada à vivência das dificuldades da área, o convívio em um grupo de pesquisa, o levantamento de hipóteses e a tentativa de obter soluções. A formação de um cientista ocorre por sua imersão em um contexto diferente daquele encontrado no cotidiano. O cientista forma-se ao entrar em contato com certos problemas, teorias e discussões de sua área de pesquisa. A formação enquanto pesquisador está relacionada à vivência das dificuldades da área, o convívio em um grupo de pesquisa, o levantamento de hipóteses e a tentativa de obter soluções. (MEGLHIORATTI ET AL, 2008, p.32).

Os pesquisadores e estudantes podem se organizar em torno de uma ou mais linhas de pesquisa de uma área do conhecimento, com o objetivo de desenvolver pesquisa científica, formando assim um grupo de pesquisa que possibilitará a troca de experiências, informações e o desenvolvimento de novos cientistas, além de eventual compartilhamento de instalações e equipamentos.

Desde 1992, o CNPq desenvolveu o projeto Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil que se constitui no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica no País.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no País. As informações nele contidas dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. Com isso, é capaz de descrever os limites e o perfil da atividade científico-tecnológica no Brasil. (CNPq, 2016).

Segundo o CNPq (2016), os grupos de pesquisa inventariados estão localizados, principalmente em universidades, instituições de ensino superior com cursos de pós-

graduação stricto sensu, institutos de pesquisa científica e institutos tecnológicos e são atualizados a cada dois anos.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa tem três finalidades principais, conforme o CNPq (2016). A primeira finalidade refere-se à sua utilização como instrumento para intercâmbio e troca de informações pela comunidade científica. A segunda finalidade refere-se à sua utilização como ferramenta para o planejamento e gestão das atividades de ciência e tecnologia por instituições, sociedades científicas e instâncias de organização político-administrativa, uma vez que disponibiliza informações sobre financiamento, avaliação qualitativa da produção científica e tecnológica, bem como o padrão das interações entre grupos de pesquisa e o setor produtivo. A terceira finalidade refere-se à preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil, em função da realização de censos, normalmente realizada a cada dois anos.

A área tributária no Brasil é complexa e exige acompanhamento constante por parte dos profissionais, em especial de profissionais das áreas contábil, que lidam diretamente com as apurações dos tributos nas empresas, e do direito que atuam nas causas tributárias.

A pesquisa na área tributária deve ser estimulada pela Academia que forma esses profissionais, pois os efeitos dos tributos atingem toda a sociedade.

A pesquisa na área das Ciências Contábeis é recente no Brasil, apesar da contabilidade, enquanto técnica, estar presente desde a chegada da família real em 1808, conforme destaca Peleias et al (2007).

A escolha da chegada da Família Real ao Brasil, como ponto de partida, ocorreu por ser um marco histórico relevante, destacada por pesquisadores das áreas de Contabilidade (SCHMIDT, 2000) e de Economia (PRADO JR., 1998). Esse fato teve repercussão política, pois culminou na independência do País, em 1822. Causou, também, impacto econômico, pois tornou o Brasil o centro decisório da movimentação de recursos do Império Português, e social, pelas mudanças que a partir daí ocorreram na sociedade brasileira. (PELEIAS, et al. pg. 1, 2007).

Conforme Peleias (2007), em 1946, na fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo foi estabelecido o

primeiro grupo de pesquisa na área contábil, quando foi criado o primeiro núcleo efetivo com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor.

Atualmente, segundo informações disponíveis no site da Associação Nacional de Pós-graduação em Contabilidade – ANPCONT, que tem por objetivo atuar na área de educação, congregando e representando as instituições brasileiras que mantêm cursos de mestrado e/ou doutorado em Ciências Contábeis, há no país 05 (cinco) programas de mestrado profissional; 24 (vinte e quatro) programas de mestrado; e 11 (onze) programas de doutorado.

A contabilidade sofreu significativas alterações com a aproximação das normas contábeis às normas internacionais de contabilidade ocorrida em final de 2007, através Lei 11.638/2007 que modificou a Lei das Sociedades por Ações. Para estabelecer novos critérios de avaliação e contabilização dos dados e fatos contábeis, o Conselho Federal de Contabilidade criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, através Resolução CFC nº 1.055/05, cujo objetivo é "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

Essas mudanças trouxeram uma gama de novos procedimentos contábeis a serem adotados, muitos deles de complexo entendimento. A consolidação das normas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade ainda não foi concluída, apesar de oito anos decorridos, e ainda gera muitos questionamentos por parte dos profissionais e dos estudiosos, o que contribuiu para significativa ampliação no campo da pesquisa na área contábil desde o início de 2008. A pesquisa na área das Ciências Jurídicas teve evolução bem antes das Ciências Contábeis, embora ambas as atividades tenham origem na época da chegada da família real para o Brasil.

As primeiras faculdades de Direito surgidas no Brasil foram institucionalizadas pela aprovação do projeto de 31 de Agosto de 1826 – convertido em lei em 11 de Agosto de 1827 – que primava pela instalação de dois centros dedicados ao estudo

jurídico em nosso país. Desta forma, São Paulo e Olinda foram as localidades escolhidas para abrigar esta nova vanguarda no ensino, devido principalmente à situação geográfica – uma para atender o sul e outra para suprir as necessidades dos habitantes do norte do Brasil.

O desenvolvimento da pesquisa na área do direito é bem maior do que na área contábil. Atualmente, segundo a CAPES (2016), há 98 programas de pós graduação no país, sendo 04 (quatro) programas de mestrado profissional; 84 (oitenta e quatro) programas de mestrado; e 34 (trinta e quatro) programas de doutorado.

Diante do cenário exposto e de modo a entender se as modificações na legislação contábil e societária trouxeram impacto na pesquisa na área contábil, esse trabalho se propõe a responder a seguinte questão: *Qual o perfil dos grupos de pesquisa na área tributária e a representatividade dos pesquisadores da área contábil?*

Para responder a questão serão apresentados dados e análises relativos aos grupos de pesquisa na área tributária registrados no CNPq no período de 2006 a 2016.

Este trabalho contribui para a literatura científica ao apresentar os grupos de pesquisas na área tributária e a representatividade dos pesquisadores da área contábil, o que permitirá que novos trabalhos de pesquisadores da área possam buscar referenciais dos componentes dos grupos, podendo ampliar trabalhos já efetuados ou contrapor com novas abordagens sobre temas já estudados.

Esse trabalho está subdividido em quatro sessões, além dessa introdução. Na segunda sessão estão apresentados os referenciais teóricos. Na terceira sessão está apresentada a metodologia utilizada. Na quarta sessão estão apresentados os dados e as análises e por fim, são apresentadas as Considerações Finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção serão apresentados os principais conceitos necessários para o desenvolvimento da pesquisa sobre a representatividade de estudiosos da área contábil nos grupos de pesquisa da área tributária no período de 2008 a 2016, incluindo Tributos,



Contabilidade Tributária, Planejamento Tributário, Pesquisa em Contabilidade e Grupos de Pesquisa no CNPQ.

## **2.1 Tributo**

A definição de Tributo está prevista no art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN) e indica que tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

O tributo tem por finalidade o financiamento das atividades do Estado, a fim de que sejam viabilizadas suas atribuições, como provedor de recursos para manutenção da sociedade organizada, tais como saúde, educação, infraestrutura rural e urbana, segurança, entre outros, conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 173.

Segundo Machado (2010, p. 30):

A tributação é, sem sombra de dúvida, o instrumento de que se tem valido a economia capitalista para sobreviver. Sem ele não poderia o Estado realizar os seus fins sociais, a não ser que monopolizasse toda a atividade econômica. O tributo é inegavelmente a grande e talvez única arma contra a estatização da economia.

No usufruto de seu direito de imposição legal, o governo institui o tributo a fim de gerar receita e arrecadar fundos para executar aquilo que lhe é devido. Sabbag (2014, p.39) define o tributo como sendo “[...] a principal fonte das receitas públicas voltadas ao atingimento dos objetivos fundamentais, insertos no art. 3º da Constituição Federal [...]”.

O Sistema Tributário Nacional e a Constituição Federal de 1988 preveem quatro tipos de tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições sociais.

## **2.2 Planejamento Tributário**

Planejar significa estabelecer destino e, para atingi-lo, faz-se necessário avaliar e decidir qual o melhor caminho a seguir.

Para Bebber, Carraro e Bianchi (2015), o planejamento antecede o processo decisório.

A Contabilidade Gerencial tem como principal usuário das informações o usuário interno da empresa subsidiando no processo decisório. Para o desenvolvimento da mesma, tem-se o planejamento como ferramenta que precede a ação de tomada de decisão, e, posteriormente, o controle que indica se os objetivos propostos no planejamento estão sendo atingidos.

O planejamento é uma estratégia fundamental para as organizações, independente da área de atuação. Sem planejamento, não há objetivos ou rumo a seguir, ficando os negócios à mercê da intuição dos agentes. Nesse sentido, Chiavenato (1987) ensina que:

(...) o planejamento implica fundamentalmente em traçar o futuro e alcançá-lo, sua essência consiste em ver as oportunidades e problemas do futuro e explorá-los ou combatê-los conforme o caso. O planejamento é um processo que começa com a determinação de objetivos; define estratégias, políticas e detalha planos para conseguí-los; estabelece um sistema de decisões e inclui uma revisão dos objetivos para alimentar um novo ciclo de planificação. (CHIAVENATO, 1987, p. 275)

Com as dificuldades que o Brasil enfrenta nos dias atuais, grandes problemas de ordem geral, como saúde, educação e recessão econômica. Conforme é divulgado pela imprensa, as organizações em geral vêm sofrendo redução de vendas e de margens de lucros. Essas sentem os impactos desses problemas quando falta dinheiro nas mãos dos consumidores: a demanda por produtos e serviços começa a cair, as despesas vão aos poucos sobrepondo as receitas e o lucro, que é o objetivo final dos empresários, fica cada vez menor.

Com as margens de lucro reduzindo, os administradores se veem obrigados a cada vez mais buscar novos modos de diminuir os custos. É sabido que os tributos representam parcela significativa na redução desse lucro, o que gera a necessidade de adoção de um Planejamento Tributário adequado.

De acordo com Gomes (2011, p. 8), "planejamento tributário é um conjunto de procedimentos técnicos aplicados na forma de realizar as atividades profissionais e econômicas, dentro dos limites legais, que visam diminuir os encargos tributários".

Fabretti (2009) ainda complementa que existem dois modos de executar a redução dos pagamentos de tributos: uma legal e outra não. O modo lícito consiste no planejamento tributário, também conhecido como elisão fiscal, que é explorar uma alternativa existente em lei ou alguma lacuna legal que viabilize a economia tributária. Em contraponto, a maneira ilícita implica em evasão fiscal, que é a adoção de procedimentos que estão à margem da lei.

Além das dificuldades enfrentadas no país, em uma economia cada vez mais globalizada, onde a competitividade exige grandes esforços dos gestores para manutenção de margens de lucros, o planejamento torna-se primordial para manutenção dos negócios das organizações. Nesse sentido, Terence (2002) define planejamento “como uma das tarefas mais importantes de um administrador, que pressupõe: escolher um destino, avaliar os caminhos alternativos e decidir o rumo específico para o alcance do destino escolhido”.

Diante das dificuldades econômicas, da competitividade mais acirrada por conta da globalização e da elevada carga tributária no Brasil, os gestores se veem cada vez mais pressionados a buscar estudos sobre as formas mais vantajosas de tributação para as empresas sem correr riscos de infringir a legislação tributária, o que somente é possível se houver “planejamento”. À luz de teóricos, como Chiavenato (1987) e Terence (2002), é possível inferir que é tarefa do gestor estabelecer um planejamento tributário que determine o destino, que é a menor carga tributária legal para a empresa. Para que isso ocorra é preciso avaliar os caminhos possíveis, ou seja, avaliar as possibilidades de tributação entre todas as formas permitidas para a organização e decidir pelo melhor caminho a seguir, ou seja, decidir pela forma de tributação mais vantajosa para os negócios da empresa; e, por fim, revisar todo o processo para recomençar o ciclo, ou seja, manter avaliações constantes do processo de planejamento tributário.

### **2.3 O papel do profissional contábil no planejamento tributário**

O papel do contador vem evoluindo consideravelmente nas últimas décadas. Stroehel e Freitas (2008) salientam o papel do profissional contábil em uma organização e consideram inegável a importância das informações contábeis para a gestão de qualquer empreendimento empresarial.

O contador deve se envolver em todas as áreas que podem impactar no resultado e na posição patrimonial da organização. Sua função extrapola a Contabilidade, o que lhe dá uma visão geral de controles operacionais e lhe possibilita auxiliar efetivamente na gestão dos negócios da empresa.

Na área tributária, o contador tem papel fundamental, como assevera Oliveira (2009):

No exercício de suas funções, claro está que o contador deve obedecer, além das normas e dos princípios fundamentais de Contabilidade, também a legislação tributária concernente à correta apuração, registro, divulgação e arrecadação dos diversos tributos que incidem nas diversas fases de atividade das empresas e, principalmente, sobre a obtenção de renda e lucro em determinado período. (OLIVEIRA et al., 2009, p. 1)

Diante dos conhecimentos que o contador detém sobre a empresa e da sua obrigação em atender princípios fundamentais de Contabilidade e também à legislação tributária, ele é o profissional mais qualificado para preparar um adequado planejamento tributário, de modo a buscar a forma menos onerosa para os negócios da organização.

Além da atividade como contador de empresas, o profissional da área contábil vem atuando nas áreas de consultoria e de auditoria tributária, sendo que em todas elas, seja na preparação ou na revisão, têm o planejamento tributário como uma constante.

A obrigatoriedade no atendimento da internacionalização das normas contábeis criou uma série de situações que podem afetar o resultado tributário das empresas, fazendo com que o contador necessite de mais apoio e de estudos para desempenhar adequadamente suas funções e possa efetuar um planejamento tributário adequado.

Apesar da crescente atuação dos profissionais da Contabilidade em diversas atividades ligadas à área tributária, em especial no planejamento tributário, ainda há carência de pesquisas sobre o assunto no país.

Em contraponto, a área do direito, mais consolidada na área da pesquisa, responde por grande parte da pesquisa na área tributária.

## **2.4 A pesquisa na área contábil e a classificação interdisciplinar da área tributária**

Para Lakatos e Marconi (2003) há quatro tipos de conhecimento: o popular, o científico, o filosófico e o religioso. Entre os conhecimentos, o único factual é o conhecimento científico:

... o conhecimento científico é real (factual) porque lida com ocorrências ou fatos, isto é, com toda "forma de existência que se manifesta de algum modo" (frujillo, 1974:14). Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência e não apenas pela razão, como ocorre no conhecimento filosófico. É sistemático, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de idéias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Possui a característica da verificabilidade, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se em conhecimento falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, é aproximadamente exato:

novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.80)

A Contabilidade enquanto Ciência, desenvolve-se por meio dos estudos e pesquisas por profissionais da área, com a finalidade de otimização dos procedimentos e das técnicas empregados, para que essa temática, como um todo, acompanhe o fluxo crescente de desenvolvimento através dos tempos comentados pelos autores.

Sobre a evolução da Contabilidade, Iudícibus (1993) já comentava há mais de vinte anos:

Em termos de entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado da arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional, e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações. (IUDÍCIBUS, 1993, p. 31)

Apesar de a evolução da atividade do contador, com maior atuação nas áreas de gestão, a pesquisa na área contábil é relativamente recente no Brasil, sendo que, até a segunda metade da década de 2000, estava concentrada em apenas um Programa de Pós Graduação na cidade de São Paulo, conforme Souza, Machado e Bianchi (2011).

A pós-graduação em Contabilidade no Brasil tem sido marcada por momentos especiais, particularmente em função da comemoração dos 30 anos do primeiro curso de doutorado — e até há bem pouco tempo (2007) o único no Brasil — oferecido pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP. (SOUZA, MACHADO e BIANCHI, 2011, p.72),

Conforme salientam Pohlmann e Iudícibus (2006), a matéria tributária tem sido objeto de estudos de diversas áreas:

A matéria tributária tem sido objeto de estudo de diversas disciplinas, cada uma delas adotando um enfoque e uma metodologia próprios de suas respectivas áreas. Nesse contexto, destacam-se a Economia, o Direito, a Contabilidade e a Administração. Há que se referir, ainda, a Psicologia e a Sociologia, que têm sido inseridas na problemática muito em função de pesquisadores das ciências econômicas, que buscam nestas disciplinas fundamentos e explicações adicionais para o comportamento dos contribuintes. (POHLMANN; IUDÍCIBUS, 2006, p. 57)

Na área da pesquisa tributária, em especial relacionada ao planejamento tributário, há um grande espaço para os profissionais da área contábil, como já indicavam, uma década atrás, Pohlmann e Iudícibus (2006):

Outra área fértil de pesquisa, não apenas voltada para o mundo acadêmico mas, também, para a prática profissional, é a relacionada ao planejamento tributário e às decisões dos contribuintes. De um lado, alguns dedicam-se a avaliar e prever a conduta dos agentes econômicos frente à configuração dos tributos incidentes sobre determinado evento ou transação, com o fim de construir e testar teorias que expliquem o comportamento do contribuinte, enquanto agente racional que busca maximizar a utilidade marginal. De outro, há trabalhos desenvolvidos a partir da legislação tributária aplicável, onde o objetivo é indicar o caminho que leva à minimização da carga tributária das firmas e contribuintes em geral. (POHLMANN; IUDÍCIBUS, 2006, p. 57).

Com as mudanças ocorridas na contabilidade, a partir de 2008, sobre a internacionalização das normas contábeis, são adotados novos conceitos de avaliação, contabilização e apresentação das demonstrações financeiras, o que exige adaptação e treinamento dos profissionais da área contábil, criando um espaço fértil para a ampliação da pesquisa em todas as áreas ligadas às atividades, inclusive na área tributária que também é afetada pelas novas normativas.

Frente ao exposto, com o papel que área tributária assume para atuação dos profissionais da área contábil e com as recentes mudanças na legislação societária, esse trabalho se torna relevante para avaliar a representatividade dos pesquisadores contadores na área tributária.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa realizada neste estudo pode ser classificada pelos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Quanto à tipologia de abordagem do problema, este estudo apresenta-se como uma pesquisa quantitativa, utilizando em seu desenvolvimento técnicas estatísticas para coleta e mensuração das informações encontradas (RAUPP; BEUREN, 2014). Entende-se que o “método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto as inferências” (RICHARDSON, p. 29, 1985). No entanto, esse estudo também pode ser relacionado com a abordagem qualitativa, pois realiza análises e interpreta as interações dos dados de maneira profunda, possibilitando descrever e compreender o objeto pesquisado (RAUPP; BEUREN, 2014).

Pela análise dos objetivos delimitados, essa pesquisa enquadra-se na abordagem descritiva, pois os estudos dessa natureza propõem-se a descobrir e identificar as características de um fenômeno social, como também propor classificações e comparações (RICHARDSON, 1985). Em relação aos procedimentos técnicos, este estudo utiliza-se da pesquisa documental, pois trabalha com os dados que estão disponíveis para análise na Plataforma *Lattes*, com foco nas informações contidas no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e no Currículo *Lattes* dos líderes dos grupos de pesquisa mapeados no Brasil. Pela perspectiva de Raupp e Beuren (p.89, 2014), a pesquisa documental demonstra sua importância para o desenvolvimento desse estudo:

[...] no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta. [...] Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Dessa forma, ao traçar os procedimentos metodológicos que guiam a construção da pesquisa, explicita-se que os dados obtidos para análise foram coletados na Plataforma *Lattes*, sendo guiado pela seguinte dinâmica:

- Buscas no site do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, criados a partir de 2008, com as palavras-chave: tributos, tributário, planejamento tributário e auditoria tributária, a fim de identificar quais os grupos de pesquisa estão trabalhando com os assuntos correlatos a essas palavras-chave. Buscou-se também suas respectivas instituições de ensino, unidade federativa em que se encontram e em qual área de estudo esses grupos atuam.
- Após esse movimento, foram mapeados 111 (cento e onze) grupos de pesquisa relacionados com as palavras-chave elencadas, sendo que 24 (vinte e quatro) grupos apareceram em mais de uma busca, gerando duplicidade nos dados.
- Com a remoção dos grupos repetidos, chegou-se ao total 87 (oitenta e sete) grupos de pesquisa.
- Por fim, realizou-se uma nova filtragem no perfil desses 87 (oitenta e sete) grupos, a fim de verificar se suas linhas de pesquisa possuíam assuntos afins com as palavras-chave definidas.

- Delimitou-se, então, um *corpus* de 63 (sessenta e três) grupos de pesquisa que apresentam relação direta com a busca inicial e que compõem o grupo de análise desse trabalho.

Para facilitar a organização dos dados, foram construídas planilhas no Microsoft Excel®, catalogando os seguintes dados de cada grupo de pesquisa: nome do grupo, nome do líder de pesquisa, instituição de ensino vinculada, região geográfica do Brasil, ano de início, linhas de pesquisa registradas e os integrantes do grupo cadastrados por titulação.

Com a definição dos 63 (sessenta e três) grupos de pesquisa situados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e com todas as informações registradas, foi possível localizar o perfil de cada líder no Currículo *Lattes*, verificando sua formação acadêmica por titulação.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros.

Criado em 1951, desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Sua atuação contribui para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional. (CNPq, 2016)

Os controles de grupos de pesquisa estabelecidos a partir de Pós-Graduação são registrados e controlados pelo CNPq.

A seguir serão apresentadas as análises dos grupos de pesquisa na área tributária formados entre o período de 2006 e 2016, com o objetivo de verificar o perfil desses grupos e a representatividade de pesquisadores da área contábil.

##### **4.1 Grupos de Pesquisas na Área Tributária e Distribuição por Estados e Distrito Federal**



A partir dos dados analisados do Diretório de Grupos de Pesquisa constante no sítio do CNPq, foram identificados 63 (sessenta e três) grupos que possuem linhas de pesquisa correlacionadas com as palavras-chave selecionadas para este estudo – quais sejam: “Tributário”, “Planejamento Tributário” e “Auditoria Tributária”, distribuídos em 38 (trinta e oito) instituições de ensino superior públicas e privadas, que por sua vez estão distribuídos entre os Estados e o Distrito Federal brasileiros, conforme tabela a seguir:

**Tabela 1 - Distribuição dos Grupos de Pesquisa na Área Tributária por Estados e Distrito Federal**

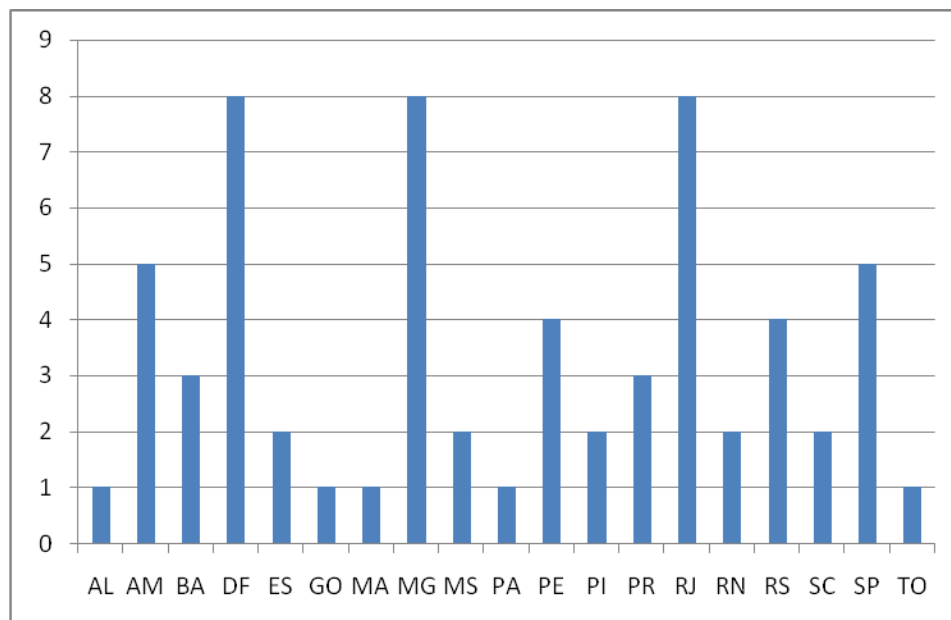
<b>Estado</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Região</b>
Alagoas	1	Nordeste
Amazonas	5	Norte
Bahia	3	Nordeste
Distrito Federal	8	Centro-Oeste
Espírito Santo	2	Sudeste
Goiás	1	Centro-Oeste
Maranhão	1	Nordeste
Minas Gerais	8	Sudeste
Mato Grosso do Sul	2	Centro-Oeste
Pará	1	Norte
Pernambuco	4	Nordeste
Piauí	2	Nordeste
Paraná	3	Sul
Rio de Janeiro	8	Sudeste
Rio Grande do Norte	2	Nordeste
Rio Grande do Sul	4	Sul
Santa Catarina	2	Sul
São Paulo	5	Sudeste
Tocantins	1	Norte
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	

Fonte: preparado pelo autor a partir de dados do CNPQ

A pesquisa identificou 63 (sessenta e três) grupos de pesquisa na área tributária, distribuídos entre os Estados e o Distrito Federal, sendo que 07 (sete) Estados brasileiros não apresentaram nenhum grupo de pesquisa, sendo eles Acre, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Sergipe.

O gráfico a seguir facilita a visualização do número de grupos de pesquisas tributárias e sua distribuição por Estados e Distrito Federal.

**Gráfico 1 – Concentração dos grupos de pesquisa tributária por Estados e Distrito Federal**



Fonte: preparado pelo autor a partir de dados do CNPQ.

A partir dos dados por Estado e Distrito Federal, é possível identificar a concentração dos grupos de pesquisa tributária nas grandes Regiões do Brasil, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

**Tabela 2 – Concentração dos Grupos de Pesquisa por Região**

Região	Quantidade	Percentual de participação %
Centro-Oeste	11	17%
Nordeste	13	21%
Norte	7	11%
Sudeste	23	37%
Sul	9	14%
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>100%</b>

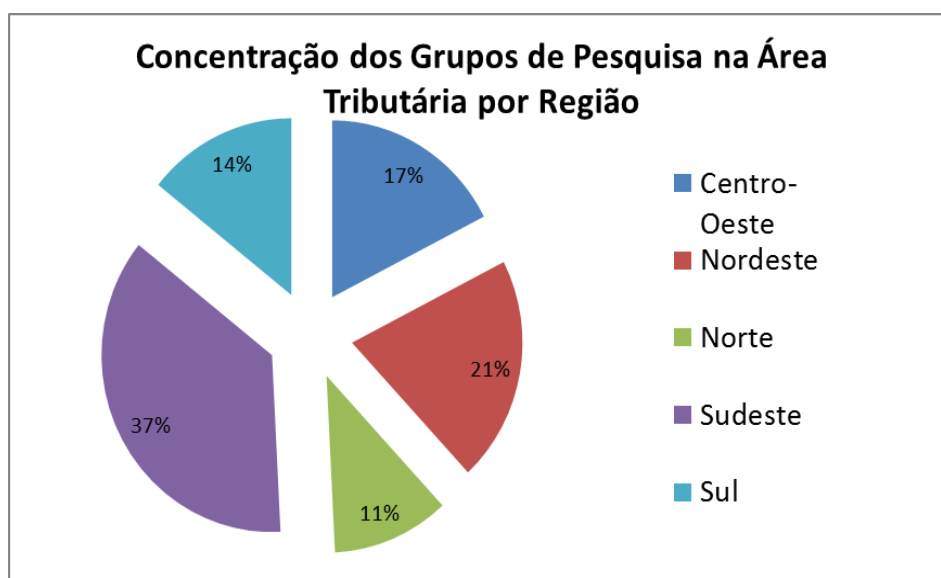
Fonte: o autor.

Do total dos 63 (sessenta e três) grupos de pesquisa, a Região de maior concentração é a Região Sudeste, com 23 (vinte e três) grupos, seguida pela Região

Nordeste com o número total de 13 (treze) grupos. Interessante destacar a pequena contribuição da Região Sul, com apenas 09 (nove) grupos, perdendo apenas para a Região Norte, que apresentou 07 (sete) grupos de pesquisa na área tributária.

O gráfico a seguir permite visualizar a distribuição dos grupos de pesquisa na área tributária para as grandes Regiões brasileiras.

**Gráfico 2 – Concentração dos Grupos de Pesquisa na Área Tributária por Região**



Fonte: preparado pelo autor a partir de dados do CNPQ

O gráfico acima demonstra claramente a predominância da Região Sudeste na origem dos coordenadores de Grupos de Pesquisa Tributária, seguida pela Região Nordeste e Centro-Oeste. A Região Sul, conforme já comentado se apresenta na quarta posição entre as Regiões, superando apenas a Região Norte.

#### 4.2 Concentração dos grupos de pesquisa por área do conhecimento

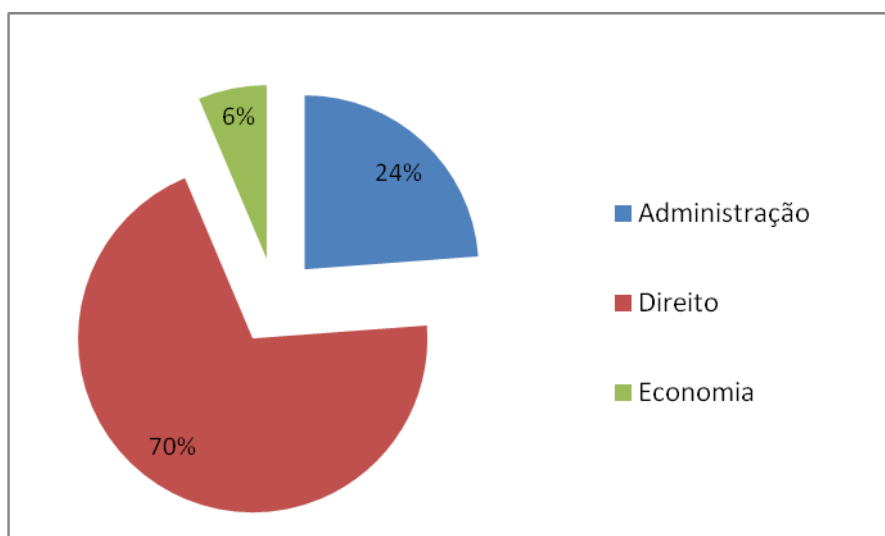
A área da Ciência Contábil, embora apresente expressivo crescimento nos últimos anos, ainda não apresenta classificação própria da área do conhecimento no CNPq, sendo que a Contabilidade é disposta como um subgrupo da Administração.

Assim, a distribuição dos grupos de pesquisa tributária, por área do conhecimento, está demonstrada na tabela abaixo:

**Tabela 3 – Distribuição dos grupos de pesquisa tributária por área do conhecimento**

Área	Quantidade
Administração	15
Direito	44
Economia	4
<b>Total</b>	<b>63</b>

Fonte: preparado pelo autor a partir de dados do CNPq

**Gráfico 3 – Distribuição dos grupos de pesquisa tributária por área do conhecimento**

Fonte: preparado pelo autor a partir de dados do CNPq.

Em função da área de o conhecimento contábil não estar classificado em área própria, foi necessário o exame dos currículos *Lattes* dos líderes de pesquisa, de modo a identificar quais as formações acadêmicas para cada pesquisador da área da Administração. Tal exame possibilitou a ampliação da pesquisa sobre as titulações para cada pesquisador, o que determinou o exame dos currículos *Lattes* para todos os coordenadores de pesquisas na área tributária.

A tabela a seguir descreve quais as áreas do conhecimento os grupos de pesquisa constituídos nesses últimos dez anos estão atuando:

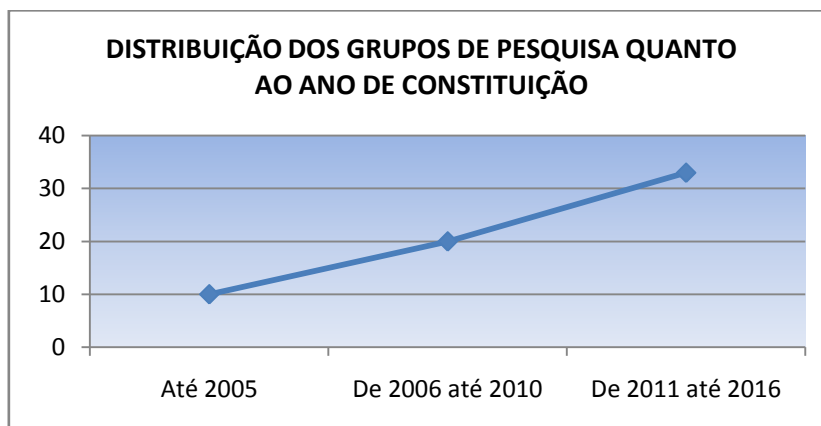
**Tabela 4 – Distribuição dos grupos de pesquisa tributária por ano de criação e por área do conhecimento**

	Até 2005	2006 a 2010	2011 a 2016	Total
<b>Economia</b>	0	2	0	2
<b>Direito</b>	8	14	23	45
<b>Administração</b>	1	0	4	5
<b>Contábeis</b>	<u>1</u>	<u>4</u>	<u>6</u>	<u>11</u>
<b>Total</b>	10	20	33	63

Fonte: Preparado pelo autor a partir de dados do CNPQ

Conforme demonstrado no quadro anterior, os grupos de pesquisa tributária tiveram um aumento extraordinário entre 2016 e o período até 1995 no total de 530% (quinhentos e trinta por cento), passando de 10 (dez) para 63 (sessenta e três) grupos. A maior representatividade está concentrada na área do conhecimento do Direito, que de 08 (oito) grupos ingressantes no período até 2005 passou para 12 (doze) grupos ingressantes no período de 2006 a 2010, com aumento de 175% (cento e setenta e cinco por cento). No período de 2011 a 2016 houve novo aumento de 164% (cento e sessenta e quatro por cento) passando para 23 (vinte três grupos ingressantes) na área tributária. A área contábil, apesar de menor representatividade no total dos grupos, apresentou aumento relevante, nos últimos 10 (dez) anos. De apenas 1 (um) grupo no período até 2005 passa para 4 (quatro grupos) no período de 2006 a 2010, com aumento de 400% (quatrocentos por cento); no períodos de 2011 a 2016 novamente teve aumento relevante no percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) em relação ao período anterior, passando a 6 (seis) grupos ingressantes.

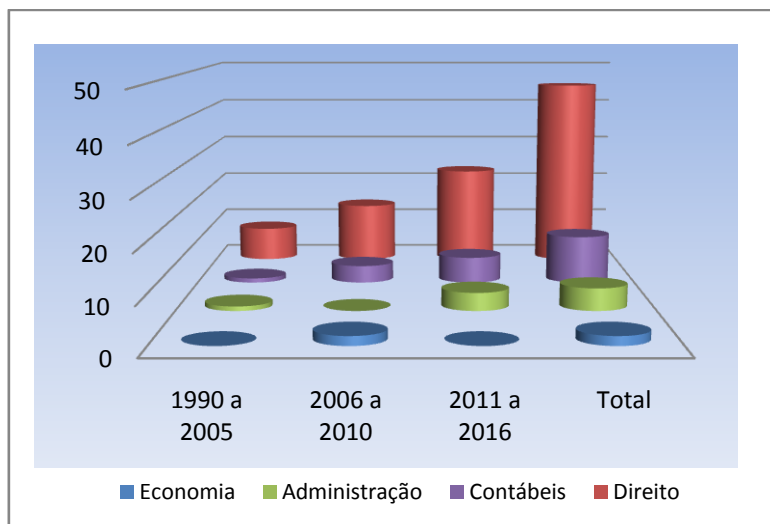
**Gráfico 4 – Evolução dos grupos de pesquisa tributária quanto ao ano de constituição**



Fonte: preparado pelo autor a partir de dados do CNPq.

Em relação à participação das áreas nos Grupos de pesquisa da área tributária, o gráfico abaixo indica a evolução ocorrida desde 1990 e a posição atual em 2016.

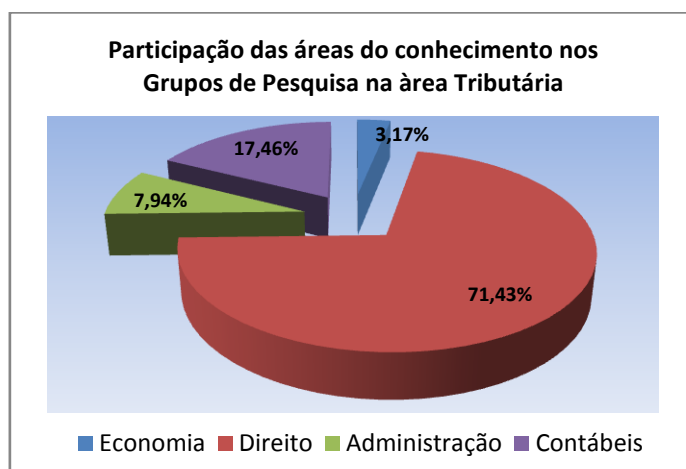
**Gráfico 5 – Evolução de ingresso dos grupos de pesquisa tributária por área de atuação até 2016**



Fonte: preparado pelo autor a partir de dados do CNPq.

Apesar de os pesquisadores na área contábil apresentaram a segunda posição entre os demais pesquisadores e do crescimento para todos os períodos, a representatividade ainda é pequena em relação aos profissionais da área do direito, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

**Gráfico 6 – Participação das áreas do conhecimento nos Grupos de Pesquisa na Área Tributária**



Fonte: Preparado pelo autor a partir dos dados do CNPq

Como pode ser observado, embora tenha crescido sensivelmente o número de pesquisadores da área contábil nos últimos anos, ainda representam apenas 17,46% (dezessete, quarenta e seis por cento) do total do grupo, cuja predominância é dos pesquisadores da área do direito, que detêm 71,43% (setenta e um, quarenta e três por cento) do total dos grupos de pesquisa na área tributária.

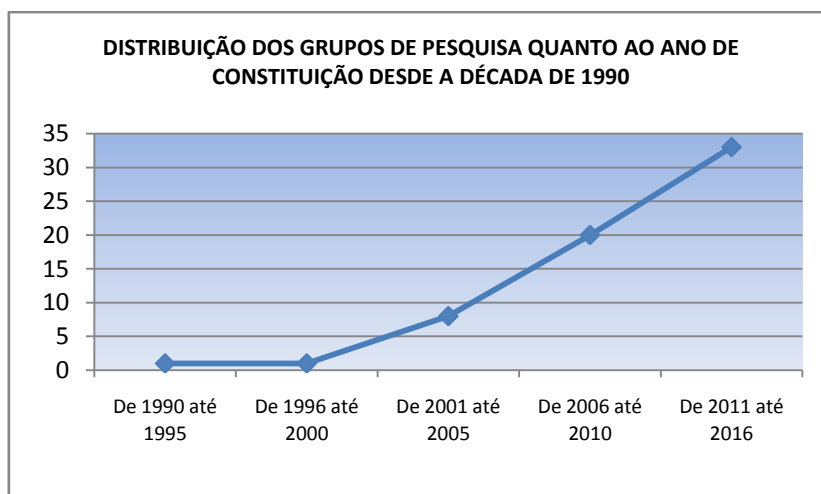
Tal distribuição pode ser explicada, em boa parte, por dois fatores: o primeiro é porque a temática tributária é fortemente ligada ao Direito, em função do caráter legal que esse assunto possui. O segundo é porque, historicamente, o profissional da área contábil tende a ir para o mercado de trabalho, com atuação predominantemente em áreas técnicas, como auditoria, consultoria, revisão de tributos, entre outros, em vez de optar pela vida acadêmica.

Apesar disso o crescimento de pesquisadores da área contábil nos grupos de pesquisa da área tributária indica um avanço significativo que tende a reduzir ao longo do tempo, pois até 1995, a área do direito representava 80% (oitenta por cento), enquanto a contabilidade representava apenas 10% (dez por cento) do total dos grupos de pesquisa na área tributária.

#### **4.3 Distribuição dos grupos de pesquisa quanto ao ano de constituição**

Entre os fatos qualificadores dos grupos analisados, foi observado também o seu ano de constituição, a fim de identificar desde que época a temática tributária vem sendo objeto de estudo dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. Nos últimos dez anos, o crescimento do número de grupos de pesquisa que tratam de linhas correlatas a esse assunto se tornou exponencial, conforme pode ser observado no gráfico a seguir, se comparados a períodos anteriores, cujos dados foram acrescidos, excepcionalmente, nesse gráfico, de modo a demonstrar a grande evolução da última década.

**Gráfico 7 – Evolução dos grupos de pesquisa tributária quanto ao ano de constituição desde a década de 1990**

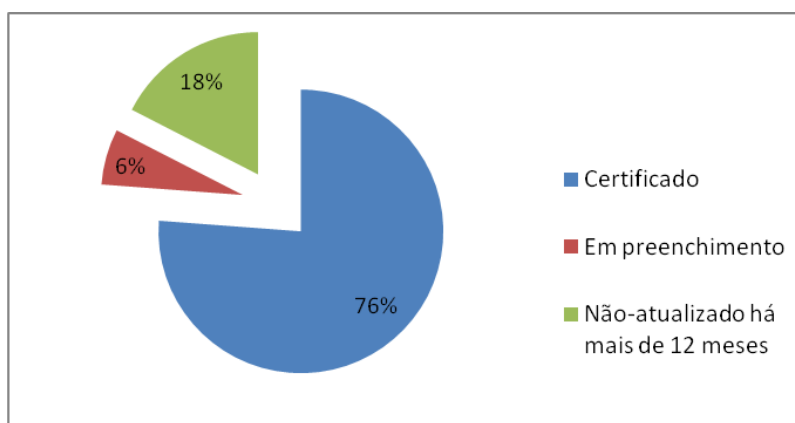


Fonte: Preparado pelo autor a partir dos dados do CNPq

#### 4.4 Distribuição dos grupos em relação à certificação pelo CNPq

Durante a pesquisa realizada no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, foi verificado que todos os grupos possuíam alguma marcação quanto à certificação, sendo elas “Certificado pela Instituição”, “Em preenchimento” e “Não-atualizado há mais de 12 meses”. Acerca dos 63 grupos de pesquisa estudados, o gráfico a seguir ilustra a distribuição desses grupos dentre essas classificações.

**Gráfico 8 – Distribuição dos grupos em relação à certificação CNPq**



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do CNPq.



De acordo com o glossário disponível no sítio do CNPq, o grupo com a marcação “Certificado pela Instituição” é aquele que foi certificado pelo dirigente de pesquisa da Instituição que o abriga, enquanto que, nos casos em que não houver atualização em período maior do que 12 (doze) meses, automaticamente o grupo recebe a marcação “Não-atualizado há mais de 12 meses”. Sendo assim, a última classificação pode causar distorções nas análises, tendo em vista que as informações constantes no Diretório de Grupos de Pesquisa podem não mais condizer com a realidade – em relação a membros, formação desses membros, linhas de pesquisa atuantes e outros dados. Cabe ressaltar também que apenas os grupos certificados são objeto de cômputo para fins de censo, realizado pelo próprio Diretório e que ocorre a cada dois anos.

Os grupos marcados com o item “Em Preenchimento”, por sua vez, podem se tratar tanto de um novo grupo de pesquisa quanto um já existente cujo formulário foi editado pelo líder e está aguardando nova certificação de sua Instituição. Os grupos constantes nessa situação aparecem normalmente nas buscas realizadas no Diretório, mas para fins de censo os dados levados em consideração são aqueles que estavam certificados pela última vez.

Durante essa etapa de coleta de dados, algumas dificuldades foram identificadas. Em função dos campos de informações no sítio do CNPq – tais como linha de pesquisa, projetos, descrições de ordem geral – ser de livre preenchimento pelos líderes dos grupos, muitos desses campos se encontram com erros.

No que tange especificamente aos grupos classificados como “Não atualizados há mais de 12 meses”, esses podem causar distorções nas análises justamente pelo fato de poder apresentar informações que não condizem com a realidade atual do grupo, tais como linhas de pesquisa sem projetos correlatos (talvez visando projetos futuros) ou descrições vagas e incompletas de seus estudos, podendo resultar em análises não precisas.

**Tabela 5 – Titulação dos líderes de pesquisa tributária de acordo com as áreas do conhecimento**

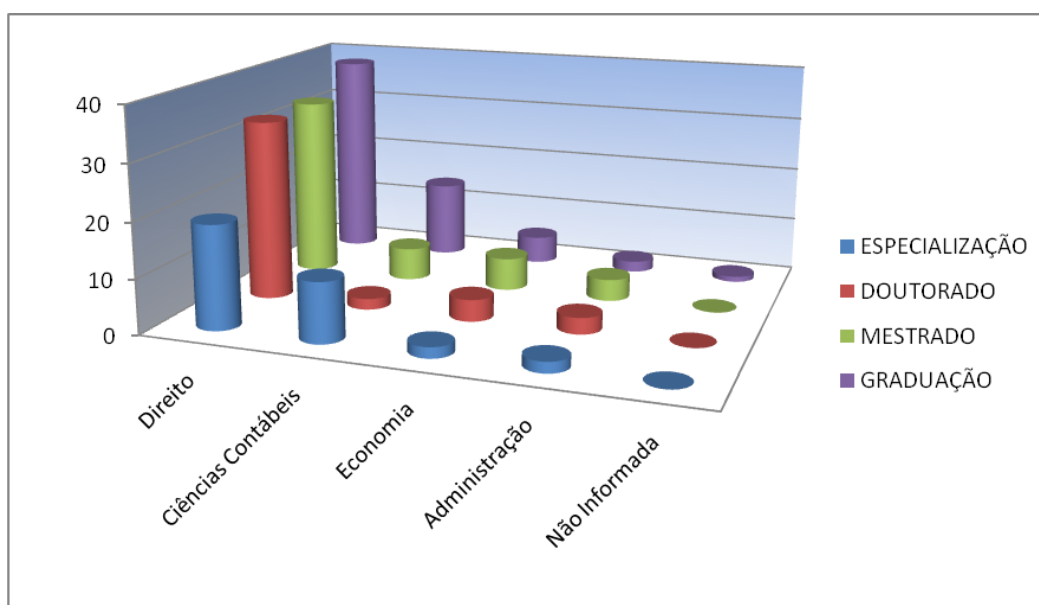
Área do conhecimento	Especialização	Doutorado	Mestrado	Graduação
Direito	19	33	33	38
Ciências Contábeis	11	2	6	14
Economia	2	4	6	5
Administração	2	3	4	2
Não Informada	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>42</b>	<b>49</b>	<b>60</b>

Fonte: Preparado pelo autor a partir de dados do CNPq

Cabe salientar que o número total de graduação se explica pelo fato de o total de 63 (sessenta e três) grupos de pesquisa tributária são coordenados por 58 líderes de pesquisa, sendo que três líderes comandam mais um grupo cada e um líder comanda mais dois grupos. Do total, apenas dois líderes possuem bacharelado em Ciências Contábeis e em outra área, sendo ambos do Direito.

No gráfico a seguir, é possível visualizar as informações demonstradas na tabela anterior:

**Gráfico 9 – Titulação dos Coordenadores de Pesquisa da Área Tributária**



Fonte: preparado pelo autor a partir de dados do CNPq

Conforme já ocorre com a distribuição das áreas do conhecimento, o Direito é a área que apresenta maior número de graduados, especialistas, mestres e de doutores

entre os pesquisadores dos grupos de pesquisa na área tributária. Entre as demais áreas do conhecimento, além de graduados, a Contabilidade apresenta o maior número de especialistas, cuja formação é direcionada ao mercado de trabalho. Tal informação corrobora a explicação de que os profissionais da área contábil têm forte direcionamento ao mercado de trabalho, o que explica, em parte, a pouca representatividade na área da pesquisa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A área tributária é uma das especialidades da área contábil, sendo um grande campo de atuação para os profissionais contadores. Apesar da atuação profissional ativa, há carência de atuação de pesquisadores na área contábil, o que pode ser confirmado pelas análises efetuadas dos grupos de pesquisa na área tributária registrados no CNPq para o período de 2006 a 2016.

Esse trabalho se propôs a responder qual o perfil dos grupos de pesquisa registrados no CNPq e a representatividade de pesquisadores da área contábil. Para tanto foram analisados os grupos de pesquisas na área tributária registrados entre 2006 e 2016. Para fins de análise de crescimento, o número de grupos de pesquisa tributária ainda foi comparado com o número de grupos existente até 2005, sendo observado um aumento extraordinário no total de 530% (quinhentos e trinta por cento), passando de 10 (dez) para 63 (sessenta e três) grupos. Do total dos 63 (sessenta e três) grupos de pesquisa, a Região de maior concentração é a Região Sudeste, com 23 (vinte e três) grupos, seguida pela Região Nordeste com o número total de 13 (treze) grupos. Interessante destacar a pequena contribuição da Região Sul, com apenas 09 (nove) grupos, perdendo apenas para a Região Norte, que apresentou 07 (sete) grupos de pesquisa na área tributária.

Os pesquisadores da área contábil tiveram acréscimo relevante no período examinado, porém apesar desse crescimento, o percentual de participação ainda é baixo, representando apenas 17,46% (dezessete, quarenta e seis por cento) do total do grupo, cuja predominância é dos pesquisadores da área do direito, que detêm 71,43% (setenta e um, quarenta e três por cento) do total dos grupos de pesquisa na área tributária. Tal distribuição pode ser explicada, em boa parte, por dois fatores: o primeiro é porque a temática tributária é fortemente ligada ao Direito, em função do caráter legal que esse

assunto possui. O segundo é porque, historicamente, o profissional da área contábil tende a ir para o mercado de trabalho, com atuação predominantemente em áreas técnicas, como auditoria, consultoria, revisão de tributos, entre outros, em vez de optar pela vida acadêmica, como pode ser constatado pelo número de especializações apresentadas pelos pesquisadores.

Apesar de ainda apresentar percentual de participação bem inferior àquele apresentado pelos pesquisadores da área do direito, vem ocorrendo redução gradativa na disparidade de participação, pois vem aumentando o número de pesquisadores da área contábil nos grupos de pesquisa na área tributária, conforme observado no período até 2005, cuja participação era de 10% (dez por cento), passando para 17,46 (dezessete, quarenta e seis por cento) em 2016.

Esse trabalho limitou-se a verificar o perfil dos grupos de pesquisa na área tributária e como sugestão para novas pesquisas sugere-se que sejam verificadas as produções científicas apresentadas pelos membros dos grupos.

## REFERENCIAIS

BEBBER, Nayara; CARRARO, Wendy B.H; BIANCHI, Márcia. **Planejamento contábil como ferramenta para a evolução de novos negócios: um estudo aplicado em uma empresa de prestação de serviços.** RAC - Revista de Administração e Contabilidade – CNECE digraf - Ano 14 - n. 28 - jul/dez. - 2015 - p.65-90. Disponível em: [local.cnecean.edu.br/revista/index.php/rac/article/download/362/241](http://local.cnecean.edu.br/revista/index.php/rac/article/download/362/241). Acesso em 20/11/2016.

CHIAVENATO, Idalberto; **Teoria Geral da Administração.** 3ª ed, São Paulo: McGraw-Hill, Ltda, 1987.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **As Universidades Públicas e a Pesquisa no Brasil m Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo.** Documento de Trabalho 9 / 98. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo. 1998. São Paulo. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9809.pdf>

ERIVAN. Ferreira Borges Jomar; MIRANDA, Rodrigues César Augusto; TIBÚRCIO, Silva Cláudio Moreira Santana. **Paradigmas na pesquisa contábil no Brasil: um estudo epistemológico sobre a evolução nos trabalhos de programas de pós-graduação em Ciências Contábeis.** ConTexto, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 21-30, 1º semestre 2011.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas "estado da arte".** Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, Ago. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 nov. 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira.** 2009. Revista Tempo v. 14, nº 28, 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201211051123080.2govvargaste mpo.pdf>

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade.** 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** - 5. ed. - São Paulo : Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al; Chieragato, Renato; Perez Junio, José Hernandez; Gomes, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária.** 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

PELEIAS, Ivam Ricardo; Silva, Glauco Peres da; Segreti, João Bosco; Chiroto, Amanda Russo. **Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica** Rev. contab. finanç. vol.18 no.spe São Paulo June 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772007000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772007000300003)

POHLMANN, Marcelo Coletto; IUDÍCIBUS, Sérgio. **Classificação da pesquisa tributária: uma abordagem interdisciplinar**. Revista Enfoque: Reflexão Contábil. Vol. 25 - N.3 Setembro-Dezembro/2006 Periodicidade Quadrimestral Pág. 57-71. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/3488/3183>. Acesso em 28/11/2016.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 76-97.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social**. Estudos Avançados. Vol. 20, n. 56, jan/abr. 2006, p161-189. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28633.pdf>

SOUZA, Marcos Antonio; MACHADO, Débora Gomes; BIANCHI, Márcia. **Um perfil dos programas brasileiros de pós-graduação Stricto Sensu em Contabilidade**. REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 5, n. 2, art. 4, p. 67-95, mai/ago. 2011.

SILVA, Gustavo Javier Castroy Centro Universitário Euro-Americano – Unieuro (2009). **Avaliação da pós-graduação strictu sensu no Brasil**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

STROEHER, Angela Maria; FREITAS, Henrique. **O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas**. R.Adm. Eletrônica, São Paulo, v.1, n.1, art.7, jan./jun. 2008

TERENCE, A.C.F. **Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento**. São Carlos, 2002. 211p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde.../Dissertacao\\_anaclaudia.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde.../Dissertacao_anaclaudia.pdf). Acesso em 30/10/2016.

Sites:

Certificado/ Não-atualizado:

[http://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario?p\\_p\\_id=54\\_INSTANCE\\_QoMcDQ9EVoSc&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-3&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_54\\_INSTANCE\\_QoMcDQ9EVoSc\\_struts\\_action=%2Fwiki\\_display%2Fview&\\_54\\_INSTANCE\\_QoMcDQ9EVoSc\\_nodeName=Main&\\_54\\_INSTANCE\\_QoMcDQ9EVoSc\\_title=Grupo+certificado+pela+institui%C3%A7%C3%A3o](http://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario?p_p_id=54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-3&p_p_col_count=1&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_struts_action=%2Fwiki_display%2Fview&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_nodeName=Main&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_title=Grupo+certificado+pela+institui%C3%A7%C3%A3o)

Em preenchimento:

[http://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario?p\\_p\\_id=54\\_INSTANCE\\_QoMcDQ9EVoSc&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-3&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_54\\_INSTANCE\\_QoMcDQ9EVoSc\\_struts\\_action=%2Fwiki\\_display%2Fview&\\_54\\_INSTANCE\\_QoMcDQ9EVoSc\\_nodeName=Main&\\_54\\_INSTANCE\\_QoMcDQ9EVoSc\\_title=Grupo+em+preenchimento](http://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario?p_p_id=54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-3&p_p_col_count=1&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_struts_action=%2Fwiki_display%2Fview&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_nodeName=Main&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_title=Grupo+em+preenchimento)